

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	17
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	20
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	21
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	613.211
Preferenciais	1.226.542
Total	1.839.753
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	60	63	55
1.01	Ativo Circulante	60	63	55
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	56	59	54
1.01.07	Despesas Antecipadas	4	4	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	60	63	55
2.01	Passivo Circulante	28	24	22
2.01.02	Fornecedores	28	24	21
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28	24	21
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	0	1
2.03	Patrimônio Líquido	32	39	33
2.03.01	Capital Social Realizado	850	800	700
2.03.02	Reservas de Capital	253	203	203
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.071	-964	-870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-107	-94	-101
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-107	-94	-101
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-107	-94	-101
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-107	-94	-101
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-107	-94	-101
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-107	-94	-101
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0662	-0,07	-0,09
3.99.01.02	PN	-0,0662	-0,07	-0,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-107	-94	-101
4.03	Resultado Abrangente do Período	-107	-94	-101

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-103	-95	-102
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-107	-94	-101
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-107	-94	-101
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4	-1	-1
6.01.02.01	Fornecedores	4	3	-1
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	0	-3	-1
6.01.02.03	Obrigações Fiscais	0	-1	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	100	100	150
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	-90
6.03.03	Integralização de Capital	100	100	105
6.03.04	Aumento de reserva de capital	0	0	135
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3	5	48
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	54	6
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56	59	54

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	800	203	0	-964	0	39
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	800	203	0	-964	0	39
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50	50	0	0	0	100
5.04.01	Aumentos de Capital	50	50	0	0	0	100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-107	0	-107
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-107	0	-107
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	850	253	0	-1.071	0	32

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	700	203	0	-870	0	33
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	700	203	0	-870	0	33
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100	0	0	0	0	100
5.04.01	Aumentos de Capital	100	0	0	0	0	100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-94	0	-94
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-94	0	-94
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	800	203	0	-964	0	39

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	595	68	0	-769	0	-106
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	595	68	0	-769	0	-106
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105	135	0	0	0	240
5.04.01	Aumentos de Capital	105	0	0	0	0	105
5.04.08	Aumento de Reserva	0	135	0	0	0	135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101	0	-101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-101	0	-101
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	700	203	0	-870	0	33

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54	-50	-60
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54	-50	-60
7.03	Valor Adicionado Bruto	-54	-50	-60
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-54	-50	-60
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-54	-50	-60
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-54	-50	-60
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53	44	41
7.08.02.01	Federais	0	0	41
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-107	-94	-101
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-107	-94	-101

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

A administração da Caconde Participações S.A. (a “Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades.

Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise.

Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício de 2016 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

São Paulo, 16 de março de 2017.

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Caconde Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Caconde Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 31 de julho de 2007, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior.

Em 27 de janeiro de 2014, a GP Holdings I, LLC adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela GP Investimentos Ltda. pelo valor total de R\$ 1; em consequência dessa transação, a GP Holdings I, LLC passou a deter o controle da Companhia com 99,99% do capital social.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade.

A Caconde é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Caconde cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM (BR GAAP) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras

Notas Explicativas**Caconde Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais

apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quanto indicado de outra forma.

(d) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3 Principais práticas contábeis**(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e, na medida em que haja disponibilidade de recursos, poderão incluir também os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor e contas garantidas.

**(c) Demais passivos circulantes
e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

(d) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

(e) Resultado por ação

O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	<u>56</u>	<u>59</u>
	<u>56</u>	<u>59</u>

Notas Explicativas

Caconde Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações financeiras e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 28 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 24).

6 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2015, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$ 100, mediante a emissão de 100.000 ações, sendo 33.333 ações ordinárias e 66.667 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de junho de 2016 foi aprovado o aporte, no montante de R\$ 500 com a emissão de 500.000, sendo 166.667 ações ordinárias e 333.333 ações preferencias Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R\$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social e o valor de R\$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital.

Na mesma data do evento acima, foi integralizado o valor de R\$ 500, sendo R\$ 50 destinados ao capital social e R\$ 450 destinado a reserva de capital. O saldo remanescente no valor de R\$ 400 foi destinado a conta de reserva de capital a integralizar.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado é de R\$ 850, representado por 1.839.753 ações, sendo 613.211 ações ordinárias e 1.226.542 ações preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Reservas de capital

A reserva de capital foi constituída a partir do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Reserva legal

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude da Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado à essa reserva.

(d) Dividendos

Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social.

Notas Explicativas**Caconde Participações S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais

7 Despesas gerais e administrativas por natureza

Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

	2016	2015
Publicações	23	22
Auditoria e consultoria	31	28
Taxas e tributos	53	44
	<u>107</u>	<u>94</u>

8 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza, tributárias, trabalhista ou cível, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

9 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, com o montante base para o cálculo de R\$ 512. Em função das incertezas quanto à realização dos créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia optou por não registrá-los em seu balanço patrimonial.

10 Gestão de riscos**(a) Política de gestão de riscos**

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que proporcionassem essa exposição.

Notas Explicativas

Caconde Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(c) Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

(e) Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição.

11 Outras informações

(a) Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

(b) Transações entre partes relacionadas

A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Caconde Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caconde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caconde Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e não vem gerando receitas decorrentes de suas atividades. Dessa forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas, depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

As normas de auditoria requerem que divulguemos principais assuntos de auditoria em nosso relatório, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de algum assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Dos assuntos que foram objeto de comunicação aos responsáveis pela governança, julgamos que não há principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório de auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente.

São Paulo, 16 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Superintendente e o Diretor Vice-Presidente/DRI da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.031.213/0001-31, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 16 de março de 2017.

Thiago Emanuel Rodrigues
Diretor Adjunto

Danilo Gamboa
Diretor Vice-Presidente/ DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Adjunto

Eu, Thiago Emanuel Rodrigues, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 16 de março de 2017.
Thiago Emanuel Rodrigues
Diretor Adjunto

Declaração do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Danilo Gamboa, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

São Paulo, 16 de março de 2017.
Danilo Gamboa
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores